

## **O movimento operário em Belo Horizonte no início do século XX: formação espacial, ideologias, imigração e classe na nascente Capital mineira.**

*Daniela Oliveira R. Passos<sup>1</sup>*

### **1. Introdução**

A literatura que trata do movimento operário brasileiro, quer a panfletária ou a acadêmica, é quase unânime ao consagrar o anarquismo como a grande força de organização da classe proletária na Primeira República.

É como se essa corrente tivesse o monopólio da “revolução dos trabalhadores” e fosse à única liderança ideológica no movimento operário brasileiro. As outras formas de organização e “princípios” ou não existem ou são tratadas apenas como figurantes de um cenário amplo e complexo, que segundo muitos estudiosos, é liderado somente pelos anarquistas. Tal fato contribui para obscurecer a diversidade de tendências que existiram no movimento operário da época.

Ainda mais quando tais estudos restringem suas abordagens apenas ao contexto das cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro, generalizando a história do movimento operário desses Estados para o restante do país.

Portanto, é interessante relatar o real significado que teve a ideologia anarquista no movimento operário belorizontino: se ela se fez presente ou não, já que é importante levar em consideração as particularidades e especificidades na formação e organização da classe obreira na nova Capital mineira.

Assim, esta comunicação se propõe, através de uma análise dos periódicos operários da época, a pensar o movimento dos trabalhadores de Belo Horizonte a partir das ideologias que nortearam as reivindicações operárias no início do século XX e não somente a sua formação sindical e partidária como muitos autores limitam estes movimentos.

Com foco na origem e a história de Belo Horizonte: a construção da Capital, a influência do Estado na formação social, urbana e econômica da nova cidade; bem como a inserção de imigrantes e a constituição da classe operária neste contexto, percebendo a emergência e o surgimento do movimento operário belorizontino: suas reivindicações, especificidades e a presença dos elementos político-ideológicos que influenciaram em sua

---

<sup>1</sup> Mestranda em História pela Universidade Federal de Ouro Preto - M.G.

estruturação, organização e mobilização.

Para tanto, foram analisadas como fontes primárias os jornais que se concentram nos órgãos informativos das associações operárias nos anos de 1900 a 1920, sendo eles: *O Operário, da Liga Operária; O Labor, da Confederação Auxiliadora dos Operários do Estado de Minas Gerais; O Confederal, órgão do Centro Confederativo dos Operários de Minas Gerais e novamente O Operário, sendo este da Confederação Católica do Trabalho*. Estes jornais são uns dos poucos vestígios da prática operária que se conservou desse período em Belo Horizonte. Também foram pesquisados os periódicos e jornais da época, como o *Minas Gerais, A Capital, o Diário de Minas* e o *Diário de notícias*, observando a abordagem que os mesmos faziam das organizações e manifestações do movimento operário.

De forma legalista, o movimento operário belorizontino, se organizou e mobilizou-se, propondo leis que consolidassem suas reivindicações. Contrariando o ideal anárquico, os operários da nova Capital, viam no parlamento um possível realizador dos seus direitos. Assim, a presença do Estado foi fundamental, para influenciar a formação da ideologia de luta destes trabalhadores, sendo o movimento muito mais complexo do que sugere a bibliografia sobre o assunto.

## **2. A construção da cidade de belo horizonte e o surgimento da classe operária**

O surgimento da classe operária<sup>2</sup> de Belo Horizonte data do início de sua fundação (1893), quando se fez necessária a contratação de obreiros especializados para trabalhar nas diversas construções da nova Capital.

Belo Horizonte, ao contrário da maioria das cidades, foi construída pela intervenção estatal, num traçado modernizador, inspirado nas experiências urbanísticas das cidades européias e norte-americanas, ou seja, uma cidade planejada. Segundo Letícia Julião, a criação e a construção da cidade concretizavam os desejos de uma elite que encarava o advento da República como sinal de uma ruptura com o passado, preconizando a

---

<sup>2</sup> Por classe iremos trabalhar com o conceito utilizado por Thompson, que afirma que: “(...) quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram – ou entraram involuntariamente. A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, idéias e formas institucionais” (THOMPSON, Edward Palmer. *A formação da classe operária inglesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. 1v. p.10).

modernização e o desenvolvimento nacional<sup>3</sup>.

Movido pela nova ordem republicana, positivista e científica, inspirado ainda em um repertório urbanístico em alta no estrangeiro, Aarão Reis (atendendo ao governo da época) planejou a cidade concebendo as ruas como “artérias e veias”. O planejamento das cidades, durante o século XIX, assentou-se em ideais sanitaristas, comparando-as a um corpo saudável, limpo e onde o movimento se dava com total liberdade, e a população pudesse respirar livremente, numa cidade altamente organizada e compreensiva, em que ruas, avenidas e praças representassem uma ruptura radical com o modelo das cidades até então.

Construtores e engenheiros, responsáveis pela construção da nova Capital mineira, passaram a dar maior ênfase a tudo que facilitasse a liberdade de trânsito das pessoas, imaginando uma cidade de “artérias” e “veias” contínuas, através dos quais os habitantes pudessem se transportar, tais como hemácias e leucócitos no plasma saudável.

Característica de uma cidade que se desejava moderna<sup>4</sup>, Belo Horizonte não fugiu ao paradigma de ser um local de segmentação. De acordo com o estilo funcional e progressista de urbanismo que se iniciou na segunda metade do século XIX, a nova Capital de Minas Gerais também possuía espaços classificados e ordenados de acordo com as funções e necessidades sociais. Tal fato é percebido no projeto/planta do engenheiro Aarão Reis, que dividiu Belo Horizonte em três zonas:

A zona urbana que constituía o espaço moderno e ordenado reservado para as elites mineiras. Possuía avenidas largas, retas, geométricas, infra-estrutura sanitária e técnica, área que deveria ser espelho das cidades mais modernas do mundo; a zona suburbana, fora dos limites da Avenida do Contorno que funcionava como uma fronteira que separava a vida urbana da suburbana, onde as moradias eram sofríveis e os serviços precários; e, por fim, a zona rural, um cinturão verde, onde se localizariam os núcleos coloniais que abasteceriam a Capital de frutas, legumes, verduras e matéria prima para a sua construção<sup>5</sup>.

Esta divisão funcionava como instrumento para o controle social da cidade. Os construtores fixaram os seus limites, classificaram e hierarquizaram os territórios, que deixaram de ser uma “dimensão indefinida” para se transformarem em áreas delimitadas e

---

<sup>3</sup> JULIÃO, Letícia. Itinerários da cidade moderna (1891-1920). In: DUTRA, Eliane de Freitas; BANDEIRA DE MELO (Org.). *BH: Horizontes históricos*. Belo Horizonte: C/ Arte, 1996 p.51

<sup>4</sup> De acordo com Rogério Pereira Arruda, em seu *Álbum de Bello Horizonte* (2000), o termo moderno significaria um ideal de mudança, de transformação: a busca incessante de um novo tempo.

<sup>5</sup> OLIVEIRA, Éder Aguiar Mendes de. *A imigração italiana e a organização operária em Belo Horizonte nas primeiras décadas do século XX*. 2004. 93f. Monografia (Especialização em História) – Faculdades Integradas de Pedro Leopoldo, Centro de Pós Graduação, Pedro Leopoldo, 2004. p.34-35

identificáveis<sup>6</sup>.

O objetivo desse “enquadramento social” era o de estabelecer uma ordem, dentro da cidade. Nas ideias de Aarão Reis era necessário “traçar com a régua e o compasso uma ordem social harmônica, unitária, onde não haveria lugar para a chamada desordem urbana”<sup>7</sup>

Assim, em se tratando do plano da cidade de Belo Horizonte houve uma rigidez quanto à construção do espaço, que destinava a área interna - perímetro da Avenida do Contorno - a funções específicas, empurrando para as zonas suburbanas e rurais as camadas populares. Isto se deu ainda pela grande dificuldade de acesso a moradia dentro da área central, que deveria ser obtida através do mercado imobiliário, que crescia juntamente com a cidade.

É importante salientar que o espaço em construção da nova Capital mineira visava o funcionamento eficiente do Estado, desta forma, no que se refere à ocupação, tratava-se de atender primeiramente aos funcionários públicos oriundos de Ouro Preto. O governo do Estado cederia gratuitamente um lote de terreno na nova Capital, de acordo com a planta geral, para cada um dos funcionários estaduais que por força de suas funções fossem obrigados a transferir-se para Belo Horizonte; e aos proprietários de casas em Ouro Preto que pagassem o imposto predial (atual IPTU) no exercício do ano de 1890 e que construíssem suas novas residências até o prazo de 17 de dezembro de 1893<sup>8</sup>. Esta foi uma das formas encontradas pelo governo para vencer a resistência dos que não queriam a mudança.

No bairro Funcionários (atualmente também conhecido como Savassi) concentrou-se a área do funcionalismo público. Tal localidade se constituiu em uma espécie de “cartão de visitas”, pois possuía excelentes casas, ruas simétricas (como em todo traçado, dentro da chamada *área urbana*) e ótimas instalações sanitárias. Porém, é importante destacar que mesmo neste bairro havia a convivência vertical entre classes sociais (ainda que não antagônicas), pois abrigava funcionários públicos em geral, desde desembargadores a servente de escolas<sup>9</sup>. Por sua vez, a área central foi destinada à construção de prédios públicos, do Parque Municipal e da zona Comercial (atual Santos Dumont).

Portanto, a área central, especificamente o bairro Funcionários e as partes altas,

---

<sup>6</sup> JULIÃO, Leticia. Itinerários da cidade moderna (1891-1920). p.57

<sup>7</sup> *Ibidem*, p.56

<sup>8</sup> BARRETO, Abílio. *Memória histórica e descritiva* (história antiga e história média) p. 238.

<sup>9</sup> COSTA, Heloísa Soares de Moura; BAPTISTA, Maria Elisa. A arquitetura silenciosa. In: CASTRIOTA, Leonardo Barci (Org.). *Arquitetura da Modernidade*. Belo Horizonte: UFMG, 1998. p.263

próximas às ruas da Bahia, Rio de Janeiro e Espírito Santo, acabou se tornando o lugar das elites, que construíram suas residências, faziam negócios e desfrutavam do lazer. Os pobres também estavam localizados na área Central, porém ficavam restritos apenas ao Barro Preto, ao *bairro do Quartel* (atual Santa Efigênia) e ao *bairro do Comércio* (atual Hipercentro, ou Centro da cidade). Havendo, assim, uma inversão no sentido do crescimento urbano, imposto pela realidade sócio-econômica de seus moradores.

Em se tratando da população de baixa renda, não houve a mesma preocupação com os assentamentos residenciais. Acostumada a incorporar uma carga negativa, a *arquitetura espontânea* (ou seja, construções sem a supervisão de profissionais do setor) predominou nos bairros humildes. A reforma restringiu-se à simples maquiagem, pois atrás dos prédios de fachadas determinadas pelas normas da construção civil, estavam às casas/cortiços com chiqueiros e nenhum tipo de ventilação, resultado da precariedade das condições de vida da população destas localidades. Dizia-se que um lado de Belo Horizonte cheirava a lenços d'alcobaça e a mofo das secretarias e o outro lado da cidade cheirava à água de colônia, toucinho e álcool<sup>10</sup>.

Existindo a impossibilidade de controle do crescimento suburbano, as ruas que se abriram nos subúrbios, geralmente, ultrapassavam a fronteira da avenida. Os quarteirões eram irregulares, os lotes de áreas diversas e as ruas (traçadas em conformidade com a topografia local) tinham apenas 14 metros de largura<sup>11</sup>. Quanto às habitações, eram de construção ligeira e grosseira, denominadas “cafuas”, cujos moradores, *na maior parte das vezes*, eram os operários.

De início, os operários residiam em “cafuas, barracos e barracões” desconfortáveis e provisórios, junto às obras; casas estas que seriam demolidas logo ao término dos trabalhos de construção da Capital<sup>12</sup>. Localizavam-se no Córrego do Leitão (atual Barro Preto) e na Favela ou Alto da Estação (atualmente Santa Tereza), ambas na zona urbana da cidade. Porém,

em 1898, o “incômodo” provocado pela presença de duas áreas de aglomeração de cafuas e barracos na zona urbana levou o Prefeito Adalberto Ferraz a designar o

---

<sup>10</sup> JULIÃO, Leticia. Itinerários da cidade moderna (1891-1920). p.82

<sup>11</sup> *Ibidem*. p.60

<sup>12</sup> “Cafuas eram as casas de barro, cobertas de capim; os barracos eram feitos de tábuas, cobertos de capim ou zinco e ambos podem estar localizados ou não em áreas invadidas; já os barracões eram construções de alvenaria levantadas, em geral, nos fundos de outras casas”. GUIMARÃES, Berenice Martins. *Cafuas, barracos e barracões*: Belo Horizonte, cidade planejada. 1991.323. f. Tese (Doutorado em Sociologia) –Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1991 p. 64-65.

quarteirão 16 da 6ª Secção suburbana (Lagoinha) para ser vendido em lotes aos habitantes provisórios dos bairros do Leitão e Alto da Estação, nesta Capital<sup>13</sup>.

Os lotes seriam vendidos ao preço de 10 réis o m<sup>2</sup> e sob a condição de as casas serem imediatamente construídas para que as cafuas fossem demolidas tão logo a moradia estivesse pronta.

Em 1900, o então Prefeito Bernardo Pinto Monteiro, vinha fazendo concessões de lotes a título provisório e gratuito a operários e proprietários de cafuas na região da Praça Raul Soares e na zona da “8ª Secção” do Barro Preto, sendo tal medida justificada da seguinte forma:

Não sendo fácil aos pobres operários, dignos de todas as atenções do poder público, a construção, na zona suburbana, de casas dos tipos adaptados pela Prefeitura, para construções congêneres, vime obrigado a ceder-lhes, gratuitamente, lotes em ponto afastado, na vasta explanada que vai ao Calafate, para onde provisoriamente estão sendo transferidos<sup>14</sup>.

A disputa por um lugar na cidade, às vezes saía do silêncio e se manifestava, por meio de reclamações, denúncias e queixas em jornais, como na visão do jornal *O Operário* que registrou a insatisfação da classe popular, alegando que tal medida não representava a solução do problema:

O digno Prefeito desta Capital baixou uma portaria ordenando a demolição das cafuas do Córrego do Leitão. Louvaríamos o ato do Sr. Prefeito se as cafuas fossem condenadas definitivamente, mas como no Barro Preto está se edificando uma nova cidade de cafuas não compreendemos o motivo porque manda-se desalojar os pobres operários com grandes danos dos seus interesses. Cafuas por cafuas podia deixar as que já estavam.<sup>15</sup>

Na verdade, segundo Berenice Guimarães a relação do poder público com a questão da moradia e da higiene para o trabalhador prendia-se mais a uma visão estética do que a uma visão social. As cafuas comprometiam a imagem de Belo Horizonte, o que provocou a adoção de um conjunto de medidas legais, cujo objetivo era preservar a concepção da “cidade-modelo” e, em especial, a zona urbana, que era o “cartão de visita” belorizontino<sup>16</sup>.

Na representação imaginária do poder público, e mesmo das elites, a insalubridade

<sup>13</sup> *Ibidem*, p.91

<sup>14</sup> MONTEIRO, Bernardo Pinto. Relatório apresentado pelo Prefeito ao Conselho Deliberativo da Capital. Belo Horizonte, 1899-1902. Imprensa Oficial. *apud* GUIMARÃES, Berenice Martins. Cafuas, barracos e barracões: Belo Horizonte, cidade planejada. p.97-98

<sup>15</sup> O OPERÁRIO, órgão da liga operária, Belo Horizonte, 02 set. 1900. p.2.

<sup>16</sup> GUIMARÃES, Berenice Martins. Cafuas, barracos e barracões: Belo Horizonte, cidade planejada. p.100

(que era tida como símbolo dos pobres) era algo aliado à desordem e imoralidade, sendo que a pobreza manchava o cenário civilizatório da nova Capital.

Além da derrubada das cafuas da área central, o governo também procurou disciplinar os homens despojados de bens, em sua maioria, os trabalhadores. Com as modificações sofridas nas relações de trabalho, no final do século XIX, com o fim da escravidão, as classes dominantes procuraram ajustar os operários assalariados a novos dispositivos de repressão. Eram mecanismos disseminados por toda sociedade, como exemplo, a adaptação da população aos serviços de higiene e a polícia. O intuito era o adaptar os novos cidadãos ao sistema político vigente.

E o Estado teve um papel fundamental, pois mesmo havendo ausência de legislação trabalhista, tanto os modelos de salubridades quanto as ordens policiais, eram mecanismos disciplinadores da massa de trabalhadores urbanos. Estas estruturas estavam incumbidas de assegurar a ordem pública na cidade, o que representou submeter os espaços de moradia, lazer e mesmo o trabalho das classes populares a expedientes normativos, aliados a uma vigilância e repressão sistemática<sup>17</sup>.

Desta forma, percebemos que todo e qualquer desvio a ordem original era tido como caos urbano. A intenção (ou tendência) dos construtores da nova Capital tornar-se-ia a de impedir as manifestações da pluralidade dos habitantes sendo estas suscetíveis de serem banidas do espaço citadino. Na cidade capital nada poderia ser mais atraente do que um espaço modelar, disciplinado, com conceitos e condutas traçados para que se revelasse tudo e ensinasse como as relações entre coisas e pessoas deveriam ser.

No que se refere a imigração, esta se fez necessária na nova Capital mineira, para suprir a carência de mão de obra qualificada e altamente especializada em trabalhos de construção de “palácios” e todo o tipo de obra de arte<sup>18</sup>.

Com a devida autorização do secretário da Agricultura, Américo Werneck, iniciou-se a construção da “Hospedaria de Imigrantes” que passou a servir de alojamento provisório aos estrangeiros que em Belo Horizonte chegavam<sup>19</sup>.

Quando da inauguração da Capital, em dezembro de 1897, achavam-se instalados

---

<sup>17</sup> JULIÃO, Letícia. Itinerários da cidade moderna (1891-1920). p.85

<sup>18</sup> LE VEN, Michel. *As classes sociais e o poder político na formação espacial de Belo Horizonte (1893-1914)*. 1977.167 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Belo Horizonte, 1977. p.78

<sup>19</sup> BARRETO, Abílio. *Memória histórica e descritiva* (história antiga e história média) p. 398/9

em Belo Horizonte vinte famílias de estrangeiros, perfazendo um total de 105 indivíduos, destes 71 eram italianos<sup>20</sup>.

Quanto à influência destes imigrantes no “fazer-se” da classe operária belorizontina, vale destacar que estes, em sua maioria, eram operários qualificados e estavam inseridos em trabalhos da construção civil da cidade (32,8% dos estrangeiros empregados no setor secundário se encontravam neste ramo), portanto se concentrando em atividades de tipo urbano<sup>21</sup>. Para Michel Le Ven estes imigrantes qualificados profissionalmente (principalmente os italianos), possuíam um “certo espírito revolucionário” dentro do movimento operário<sup>22</sup>.

Contudo, cabe lembrar que uma vez em terras outras que não suas, o imigrante tentava buscar inserção na sociedade em que passara a viver. Os traços culturais neste caso são dinâmicos e mutáveis. Os novos moradores passaram a inventar novas formas de sociabilidade, promovendo trocas e agregando experiências e valores, até então inexistentes entre a população local.

Neste novo espaço eles trabalharam, constituíram família e negócios; (re)inventaram formas de sociabilidade, aproximaram suas experiências a valores culturais novos, resultando na constituição novos sujeitos.

No que tange especificamente ao movimento operário belorizontino, este, segundo Eliane Dutra em *Caminhos operários na Minas Gerais*, iniciou-se em Belo Horizonte através da criação de associações de cunho operária, ou seja, da necessidade dos trabalhadores de se reunirem, enquanto parte de um mesmo grupo social, para tratarem de seus interesses<sup>23</sup>.

Impedidos pela Constituição de 1824 de criar qualquer forma de organização sindical, os trabalhadores encontraram, primeiramente, nas sociedades de socorro mútuos o meio para exercer a “solidariedade” (auxílios para membros em caso de doença, invalidez, desemprego, funeral, etc.) e para zelar pelos interesses classistas<sup>24</sup>.

---

<sup>20</sup> PRATES, Carlos. Relatório apresentado ao Sr. Secretário de Agricultura do Estado de Minas Gerais pelo Inspetor de terras e colonização em 1897 – Cidade de Minas, 1898, p. 104 *apud* LE VEN. *As classes sociais e o poder político na formação espacial de Belo Horizonte (1893-1914)*. 1977, p. 79

<sup>21</sup> DUTRA, Eliana de Freitas. *Caminhos operários nas Minas Gerais: um estudo das práticas operárias em Juiz de Fora e Belo Horizonte na 1ª República*. São Paulo: HUCITEC, 1988. p.56.

<sup>22</sup> LE VEN, Michel. *As classes sociais e o poder político na formação espacial de Belo Horizonte (1893-1914)*. 1977, p.88.

<sup>23</sup> DUTRA, Eliana de Freitas. *Caminhos operários nas Minas Gerais*. p. 16

<sup>24</sup> BATALHA, Cláudio H. M. *O movimento operário na Primeira República*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000. p.15.

Segundo Cláudio Batalha, em seu livro *O movimento operário na Primeira República*, se baseando nos trabalhos de José Albertino Rodrigues, o período mutualista - caracterizado pelo auxílio mútuo aos seus associados, principalmente no que tange ao auxílio desemprego, doenças e invalidez - seria o que vem antes de 1888. Em contra partida, o período de resistência – sociedades criadas para exercerem funções eminentemente sindicais, como a luta por melhores salários, diminuição da jornada de trabalho e condições de labuta mais dignas - o que se estenderia de 1888 a 1917<sup>25</sup>.

Contudo, é importante levarmos em consideração que estas duas formas de organizações operárias, não foram puramente dicotômicas. A passagem do período mutualista para as organizações de resistências ocorreram de forma gradual e lenta. Ou seja, este seria um fenômeno mais complexo. As mutuais “puras” nunca desapareceram completamente; elas incorporam práticas de resistência, assim como as sociedades de resistência adotaram práticas assistenciais.

Para muitas sociedades operárias as funções mutualistas tinham uma importância fundamental, como a prática por cobrar mensalidades para poder prestar serviços como o auxílio funeral, pensão por invalidez, pensão familiar, recreação, educação, atendimento médico gratuito, entre outros.

Em se tratando de Belo Horizonte, em 1891 surgiu a Associação Beneficente Tipográfica; seguida da Sociedade Italiana de Mútuo Socorro, em 1897. Ambas visavam ao mútuo socorro (ou mutualismo), que se caracterizava pela instrução, recreação e educação moral de seus sócios e não tinham partido político, religioso e filosófico de nenhuma espécie.

E em julho de 1900 é a vez da associação classista Liga Operária surgir na nova Capital, esta sendo fundada e dirigida pelo italiano Donato Donati.

Convidados por boletins profusamente espalhados pela manhã de ontem, reuniram-se no teatro Soucasseau cerca de setecentos operários, que, na melhor ordem e sob a presidência do Sr. Donato Donati, acordaram em aceitar as bases propostas para um comissão provisória.<sup>26</sup>

As propostas apresentadas pelos operários eram

(...) formular, apresentando a quem de direito, um projeto de lei que obrigue os construtores e empreiteiros de obras a apresentarem fiança suficiente para cobrir e indenizar os compromissos por eles assumidos (...); reclamar continuamente, até conseguir de vez, a extinção de VALES, regularizando-se os pagamentos dos

<sup>25</sup> BATALHA, Cláudio H.M. Sociedades de trabalhadores no Rio de Janeiro do século XIX: algumas reflexões em torno da formação da classe operária. *Cadernos do AEL*. Sociedades operárias e mutualismo. Campinas: UNICAMP /IFCH. v.6. n.10/11, p.46, 1999.

<sup>26</sup> Reunião Operária. Minas Gerais. Belo Horizonte, 15 e 16 jul. 1900, p.2.

trabalhadores, de modo que sejam pagos integralmente e por quinzenas, ou pelo menos, por mês; defender os direitos e interesses da classe trabalhadora e lutar energicamente pela adoção das leis favoráveis aos operários (...); da publicidade aos justos reclamos dos trabalhadores e servir de mediador, quando possível entre os mesmos e os patrões; envidar o máximo de esforço para unir todos os operários desta Capital numa LIGA OPERÁRIA, estabelecendo-a e dirigindo-a até a renovação da comissão atual, o que se efetuará deste que a LIGA esteja completamente organizada.<sup>27</sup>

De tendência social reformista, a Liga se propunha ser uma associação de indivíduos de ideais democráticos, com a finalidade de organizar o proletário e induzi-los a defender, por todos os meios legais, os direitos e interesses da classe operária.

Na reunião, em que foram lançadas as bases de criação da Liga, foi também proposta a publicação de um periódico quinzenal para divulgar as reivindicações de interesses dos operários; sendo lançado o primeiro exemplar, duas semanas após a reunião. Em seu primeiro número, *O Operário*, publicou o “Projeto de Estatutos para a Liga Operária”, que foi elaborado e proposto pela comissão organizadora do jornal.

O primeiro capítulo do projeto traz explicitado o que seria a Liga Operária, e como principais fins propunha:

(...) defender, por todos os meios legais os direitos e interesses das classes operárias; propor as autoridades competentes as medidas que forem julgadas próprias para proteger e avantajá-los os trabalhadores; tomar parte nas eleições de mandatários públicos, sustentando candidatos aderentes aos fins da Liga Operária.<sup>28</sup>

As reportagens do periódico trazem explícito o caráter legalista da Liga Operária, que propõe uma lei que faculte aos operários os meios de obter justiça, inclusive, gratuita.

A Liga Operária, por meio da sua comissão executiva, tem estudado naturalmente a questão da vida operária e tem chegado a convicção absoluta de que o remédio mais eficaz consiste numa lei que faculte aos operários os meios de obter justiça pronta e gratuita. (...). Todas as nações cultas têm hoje uma legislação que garante justiça aos operários, e o Estado de Minas, que certamente faz parte dos povos cultos, não pode ficar atrás<sup>29</sup>

E assim, encaminham uma petição ao Congresso Estadual, para a formulação de uma lei que garantisse ao operário o direito de receber seu pagamento em dinheiro, já que o pagamento era realizado em forma de *Vales* da prefeitura, que segundo os operários “eram uma violação da liberdade de comércio e da liberdade de comprar onde bem quisessem”<sup>30</sup> além de exigir, a justiça gratuita e pronta para também servir-los.

<sup>27</sup> Idem.

<sup>28</sup> O OPERÁRIO; órgão da Liga Operária. Belo Horizonte, 29 jul. 1900, p.1.

<sup>29</sup> O OPERÁRIO; órgão da Liga Operária. Belo Horizonte, 19 ago. 1900, p.1.

<sup>30</sup> O OPERÁRIO; órgão da Liga Operária. Belo Horizonte, 19 ago. 1900, p.2.

Ao Congresso Mineiro - Exms. Srs. Membros do Congresso Legislativo do Estado de Minas Gerais: A Liga Operária de Belo Horizonte, considerando os grandes prejuízos que tem ocasionado a classe operária a demora dos pagamentos, e a má fé de que muitas vezes têm sido vítimas os operários; (...) resolve dirigir humildemente petição a Vs. Excs. afim de que vos digneis decretar: 1) que os operários tenham direito de reclamar o pagamento integral dos seus salários pelo menos uma vez por mês; 2) que os operários possam dirigir-se ao Juiz de paz, para obter o pagamento integral de seus salários, sem gastar quantia nenhuma, por mínimo que seja; 3) que o Juiz de paz, seja obrigado a aceitar e despachar as demandas para salários em qualquer dia, só excetuando os feriados, e que o processo seja o mais sumário possível; 4) que as demandas dos operários para causa de salários tenham preferências sobre todas as outras; 5) que os operários tenham direito de requerer e obter imediatamente o penhoramento dos bens do devedor para garantia de salários devidos. A Liga Operária confia plenamente na eficácia destas medidas cuja decretação respeitosamente pede à esclarecida inteligência e forte patriotismo de Vs. Excs.<sup>31</sup>

O jornal também relata que via no surgimento da Liga Operária – e conseqüentemente na criação de seu periódico – a fase ideal para lutarem por seus direitos político-eleitorais

É chegado o momento de usarmos o nosso direito eleitoral e compactos devemos, quando chegar a ocasião votar em pessoas que se comprometem a tutelar os nossos direitos, fazendo leis em nosso favor, e instituindo escolas de arte e ofícios para educar nossos filhos (...).<sup>32</sup>

O quinzenário também fazia denúncias dos empreiteiros e negociantes da Capital que não pagavam “os operários integral e pontualmente em todas as quinzenas” e é enfático ao dizer que irão “lutar através dos meios legais”<sup>33</sup>.

Parece que, por enquanto as promessas de pagamento quinzenal feitas pelos Srs. empreiteiros ficaram no estado de promessas. (...) Esperamos que a realização das mesmas não será ulteriormente protelada, diversamente a Liga Operária que, até hoje, tem sido muito remissiva e conciliante, usará de meios mais enérgicos e eficazes, embora legais, para conseguir que acabe de uma vez esta situação intolerável e única talvez no Brasil.<sup>34</sup>

Portanto, neste primeiro momento da manifestação de um movimento operário na Capital mineira, podemos perceber que havia uma organização dos trabalhadores, que condenavam a violência e os *meios não legais* de fazer valer seus direitos.

Em novembro de 1903 surge, na Capital mineira o “Centro Operário”. A direção do Centro ficou a cargo do italiano Donato Donati (o fundador da extinta Liga Operária de 1900) e a propriedade e edição do jornal *O Operário* (órgão de comunicação desta associação

<sup>31</sup> Idem.

<sup>32</sup> Idem.

<sup>33</sup> O OPERÁRIO; órgão da Liga Operária. Belo Horizonte, 2 set. 1900, p.2.

<sup>34</sup> Idem.

classista) a cargo de Olympio Netto (que também era um dos secretários fundadores do Centro Operário), sendo a sede deste no edifício da Sociedade Italiana.

A 3 de agosto de 1904, quando o periódico estava no número 34 (trinta e quatro), sua publicação foi suspensa na Capital e transferida para a cidade de Curvelo, onde reapareceu em 06 de outubro de 1905.

Em oposição ao Centro Operário, o governo do Estado fundou, em 1905, a Confederação Auxiliadora dos Operários do Estado de Minas, que tinha como porta-voz de suas iniciativas o jornal *O Labor*.

A finalidade desta confederação legalista era a de agregar todo e qualquer operário. Seus princípios eram: a filantropia, a sociabilidade, a instrução, a ordem e o progresso e dentre seus objetivos constavam os de cuidar dos enterros dos associados e dispor de fundos financeiros para fundar pensões aos filhos de órfãos e criar uma comissão de beneficência. Nesta passagem é possível perceber o quanto da influência mutualista se fez presente nesta confederação.

A mesma considerava ainda que a classe operária não tinha a possibilidade de se “auto gerir” sem a presença do Estado para “instruí-la”.

Não há quem não perceba que as constituições, por mais liberais que sejam, não dão remédio ao mal estar, ao descontentamento que reina entre as classes operárias, vexadas pelas amarguras do presente e pela apreensões do futuro. Mas o que as constituições não podem fazer, realizará ate certo ponto o Estado. (...) Aceitamos a República em sua essência, salvas as imperfeições que podem ser corrigidas e pelas quais não temos adoração de fetiche; mas aceitando o regime, reclamamos com firmeza o que ele estabelece aos homens que mourejam pela elevação da riqueza publica e pela grandeza da pátria.<sup>35</sup>

Propõe que os trabalhadores se unam para alcançar seus direitos

(...) devemos unirmo-nos como irmãos, a fim de que um dia em nossa vida, possamos alcançar os nossos direitos: de prevalecer o fraco perante o forte. Não quero dizer com isto, que havemos de combater fisicamente, porém, moralmente. O operário não deve deixar-se dominar pelas belas retóricas da sociedade. Eu como humilde operário espero do poder supremo, que, nós labutadores da vida, havemos de muito breve cantar o hino da vitoria. Viva a paz! Viva a pátria! – Eurípides.<sup>36</sup>

Segundo Maria Auxiliadora Faria e Yonne de Souza Grossi, no artigo *A classe operária de Belo Horizonte* a Confederação Auxiliadora continuou até os anos 20, posicionando-se pela “tutela” do operário por parte do Poder Público, que a partir de uma

<sup>35</sup> O LABOR; órgão da Confederação Auxiliadora dos Operários do Estado de Minas, Belo Horizonte, 18 jul. 1905, p.1.

<sup>36</sup> Idem, p. 3.

visão positivista “cuidaria de conseguir a harmonia do corpo social” da Capital<sup>37</sup>.

Para Michel Le Ven e Magda Almeida Neves, o Centro Operário foi mais “ativo” do que a Confederação Auxiliadora do Estado, no que se refere ao modo de “impor presença” no espaço urbano, pois o Centro organizava “paredes” para contestar o atraso de pagamentos dos vales pela Prefeitura, além de oferecer palestras para a educação dos operários e peças de teatrais (com perspectiva pedagógica), no teatro Soucasseaux<sup>38</sup>. Essas ações expressavam o desejo dos trabalhadores de serem reconhecidos no espaço belorizontino e de também procurar valer seus direitos

Desta forma, o potencial organizatório da classe operária da Capital ia-se concretizando. Nesse contexto, em 02 de abril de 1907, realizou-se, na cidade de Sabará, o Congresso Operário Mineiro. O conteúdo da convocação – diferente do Congresso Operário Nacional realizado em 1906, na cidade do Rio de Janeiro, que pregava a ação direta como forma de fazer valer as reivindicações operárias - revelava uma tendência reformista do movimento, além de alusões desfavoráveis ao anarquismo. Diante da reportagem do *Diário de Notícias* tal característica fica explícita:

(...) e a Organização nossa se faça sobre bases seguras sem a insinuação maléfica e destruidora dos agitadores demagógicos, que desconhecendo a nossa situação, o meio, e o estado do nosso operariado, tenta incutir por toda parte a doutrina destruidora da desorganização social, que nunca será meio de vida, e, sim um empecilho à nossa marcha, um estorvo à nossa união e um embaraço ao nosso triunfo que não é outro senão a justiça universal. (...) A luta trava-se entre o capital e o trabalho: - vinda de eras remotas. (...) <sup>39</sup>

Na reunião ficou decidido que o operariado do Estado deveria se organizar por meio de uma Comissão Central que teria o nome de Centro Confederativo dos Operários de Minas Gerais, com sede em Belo Horizonte, cuja orientação era de cunho reformista e pregava:

(...) a instrução do operariado e a eleição de representantes em todos os ramos do poder para defesa dos direitos operários. Para isso deveriam as associações pertencentes ao centro concorrer às eleições municipais através do Partido Operário Mineiro Independente que deveria ser criado. O objetivo do Centro Confederativo era a arregimentação do operariado para a luta econômica, político parlamentar, intervindo nas disputas políticas municipais, estaduais e federais, a fim de eleger seus representantes e influir diretamente na administração do Estado para poder

<sup>37</sup> FARIA, Maria Auxiliadora; GROSSI, Yonne de Souza. A classe operária de Belo Horizonte: 1897-1929. SEMINÁRIO DE ESTUDOS MINEIROS: a República Velha em Minas, V, 1977, Belo Horizonte. V *Seminário de estudos mineiros: a República Velha em Minas*. Belo Horizonte: UFMG/PROED, 1982. p.189

<sup>38</sup> LE VEN, Michel; NEVES, Magda de Almeida. Belo Horizonte: trabalho e sindicato, cidade e cidadania (1897-1990). In: DULCI, Otávio Soares; NEVES, Magda de Almeida (Org.). *Belo Horizonte: poder, política e movimentos sociais*. Belo Horizonte: C/ Arte, 1996. p.78.

<sup>39</sup> DIÁRIO DE NOTÍCIAS, Belo Horizonte, 22 mar. 1907, p.2.

alcançar as reformas necessárias e reclamadas para a efetividade dos seus direitos<sup>40</sup>.

Não existem notícias se o Partido Operário Mineiro Independente foi realmente criado; contudo, como toda organização operária, O Centro Confederativo também fundou um jornal denominado *O Confederal*, que em seu primeiro número expôs o ideal da Confederação. Dentre as diversas correntes socialistas existentes, o operariado, que integrava a Confederação, se auto-denominava “socialista moderado” ou “contemporâneo”, que era definido como o:

(...) complexo de princípios e teorias cuja aplicação e realização estabelecerá entre os homens, por diversos meios de coação legal, a melhor e mais eqüitativa distribuição da riqueza.<sup>41</sup>

E ainda deixavam bem claro que não são adeptos do socialismo comunista, pois:

(...) o socialismo propriamente dito não alimenta a aspiração comunista de que todas as coisas devem ser propriedade comum de todos os homens, nem sequer pretende abolir a propriedade privada sobre o capital ou riqueza de reprodução. Sem extinguir a propriedade individual, o socialismo quer atenuar, tanto quanto possível, as desigualdades econômicas ora existentes. Qual o modo como se deve realizar a generosa aspiração? Querem todos os adeptos da escola, não há duvidar, que o Estado intervenha, promulgando novas leis; nem seriam socialistas, si dispensassem essa intervenção, cujo alcance e eficácia tanto exigiram. A confiança na intervenção do Estado – eis o traço saliente do socialismo contemporâneo.<sup>42</sup>

Além de depositarem exclusivamente no Estado a solução para os problemas operários

Assim que do Estado dependem: a diminuição e fixação das horas do trabalho; a regulamentação do salário; a criação das corporações de arte e ofícios; o estabelecimento de caixas de socorro para os inválidos, viúvas e órfãos de operários; a educação física, moral e intelectual dos filhos de operários; a fundação de sociedades cooperativas de produção e de consumo, auxiliadas pelo Estado; o imposto progressivo sobre a herança e a renda; um imposto mais pesado e quase proibitivo sobre o luxo; a supressão do trabalho das crianças e mulheres casadas, que sem a intervenção do Estado dificilmente se realizaria.<sup>43</sup>

Do que já foi exposto, podemos aludir um certo nível de organização do movimento operário belorizontino, ainda que não haja nenhum registro de conflitos trabalhistas. A Prefeitura, neste período, um dos maiores setores empregatícios da Capital, quando questionada pelos trabalhadores, o era na forma de assembleias, petições governamentais e noticiários de imprensa; o mesmo valendo para reivindicações que

<sup>40</sup> DUTRA, Eliana de Freitas. *Caminhos operários nas Minas Gerais*. p.121

<sup>41</sup> O CONFEDERAL, órgão do centro confederativo dos operários do Estado de Minas, Belo Horizonte, 15 jul. 1907, p. 1.

<sup>42</sup> Idem.

<sup>43</sup> Idem

concerniam às empresas privadas<sup>44</sup>.

Portanto, os trabalhadores belorizontinos procuravam reivindicar seus direitos de forma legalista, se afastando do conceito de “libertários escaldantes, utopistas que vivem a sonhar com uma República de Platão”<sup>45</sup>.

O método dos proletários da Capital mineira era a de recorrerem sempre ao Estado em busca de medidas que os beneficiassem. Assim, conclui-se que estes operários estabeleciam uma clara divergência com o ideal anarco-sindicalista, que pregava a ação direta<sup>46</sup> e era contra a política eleitoral parlamentar.

Continuando a organizar-se de forma associativa, surge em 1916 a Liga Operária Mineira. Ainda em 1916 é criado o Centro Democrático Operário, e em 1917 surge a Liga dos Operários Mineiros<sup>47</sup>, sendo esta última também conhecida como Liga das Classes Operárias do Estado de Minas Gerais, que tinha como principais fins:

(...) instrução obrigatória aos órfãos filhos de operários; desenvolvimento agrícola e povoamento dos campos; amparo aos menores desvalidos, aos órfãos e aos filhos menores dos associados operários; solução imediata e definitiva do problema da carestia de vida, pela criação de cooperativas de consumo agrícola<sup>48</sup>.

No ano de 1919 foi fundada na Capital a Confederação Católica do Trabalho, sendo esta “típica representante do sindicalismo cristão” cujos objetivos principais eram divulgar a educação católica ao operário e tentar recristianizar o Estado, com a implantação do ensino religioso nas escolas públicas e da organização do sindicalismo cristão.<sup>49</sup>

A Confederação inspirava-se na Encíclica Papal *Rerum Novarum* (1891) do Papa Leão XIII, e sua proposta era: “Tornar conhecida e forte a Confederação Católica do

<sup>44</sup> FARIA, Maria Auxiliadora; GROSSI, Yonne de Souza. A classe operária de Belo Horizonte: 1897-1929. p.191

<sup>45</sup> O CONFEDERAL, órgão do centro confederativo dos operários do Estado de Minas, Belo Horizonte, 15 jul. 1907, p. 1.

<sup>46</sup> A ação direta é um conceito de maturidade frente a um conceito de infantilismo, pelo qual o homem desiste de suas responsabilidades e a delega a outros, a seus representantes, abstando-se de fazer pensar por sua conta e risco. (COSTA, Caio Túlio. *O que é anarquismo*. 15 ed. São Paulo: Brasiliense, 1980.p.20). Portanto, a ação direta é aceitar todas as responsabilidades com todas as conseqüências, sem delegá-las a um terceiro. Auto gerir-se. Rejeitar os intermediários, os mediadores. Dentro do contexto brasileiro da primeira Republica, rejeitar os partidos políticos, ou representantes do governo.

<sup>47</sup> FARIA, Maria Auxiliadora; GROSSI, Yonne de Souza. A classe operária de Belo Horizonte: 1897-1929. p.195.

<sup>48</sup> DUTRA, Eliana de Freitas. *Caminhos operários nas Minas Gerais*. p.118.

<sup>49</sup> Em Minas, a instrução religiosa foi permitida nas escolas públicas até 1906, quando João Pinheiro, Presidente do Estado adepto da doutrina positivista, proibiu-a e suspendeu a ajuda do Estado aos seminários. Porém, em 1929, o então Presidente do Estado, Antônio Carlos Ribeiro de Andrade, tornou lei uma medida que previa uma hora de catecismo nas escolas, isto depois de anos de empenho da Igreja em prol de uma campanha antilaicista. DUTRA, Eliana de Freitas. *Caminhos operários nas Minas Gerais*. p.120

Trabalho, sendo que toda ação operária deve obedecer aos princípios traçados na Encíclica *Rerum Novarum* e em outros documentos pontifícios”.<sup>50</sup>

A encíclica procura mostrar o caráter estadista proposto pela Igreja, que era contra as ideias liberais e a ausência de uma política social mais humana para os trabalhadores. Ela aponta uma prática de ação católica que pudesse regenerar a sociedade civil.<sup>51</sup>

De acordo com a *Rerum Novarum*, caberia aos sindicatos o “aperfeiçoamento moral, espiritual e religioso” dos seus sócios, além de ser ele o responsável pela luta junto ao Estado no que tange a melhoria das condições do trabalho, reivindicando a implantação de uma legislação trabalhista e melhores salários.

Junto com a Confederação Católica do Trabalho surge também o seu periódico, que publicava as ações da Confederação. O novo *O Operário* era enfático ao atacar a ideologia anarquista e socialista que, segundo ele, pervertiam o ambiente operário.

Em seu primeiro número publicou os princípios que norteavam o programa de ação da Confederação. Dentre eles estavam o de que:

(...) toda ação operária tem de desenvolver-se em harmonia com todas as classes sociais, que a solução da questão operária não é incompatível com os direitos e legítimos interesses de qualquer classe, mesmo das chamadas classes capitalistas; toda ação operária tem de desenvolver-se dentro do respeito ao princípio de autoridade, sem violência, sem atentar contra a ordem social e política.<sup>52</sup>

Através Confederação Católica, a palavra sindicato aparece pela primeira vez dentro do movimento operário belorizontino. A Confederação era, na verdade, uma Federação, pois estabelecia, dentro de seus princípios, que os trabalhadores de cada ofício deveriam reunir-se e formar um sindicato e que os trabalhadores que não tivessem “elementos” suficientes para formar um sindicato (no mínimo 15 trabalhadores) deveriam reunir-se formando um sindicato misto<sup>53</sup>.

No jornal do mês de julho de 1920 há um forte apelo aos sindicatos para lutar em prol dos direitos operários, a fim de propor resoluções que evitassem as sublevações.

Urge que cada sindicato trabalhe ativamente na defesa econômica dos trabalhadores. O primeiro passo a dar é a fixação do mínimo salário para cada ofício. (...) Quando um sindicato houver organizado a sua tabela deverá transmiti-la à diretoria da Confederação e esta notificará aos patrões com o prazo de 15 dias para resposta, (...) recusando os patrões a executar a tabela, a diretoria os convidará para escolherem uma comissão de 3 membros; estes com 3 membros escolhidos pela Confederação,

<sup>50</sup> O OPERÁRIO, órgão da confederação Católica do Trabalho, Belo Horizonte, 19 jul. 1920, p.1.

<sup>51</sup> Leão XIII, Papa. Encíclica *Rerum Novarum*. Petrópolis: Vozes, 1978. p. 36.

<sup>52</sup> O OPERÁRIO, órgão da confederação Católica do Trabalho, Belo Horizonte, 19 jun. 1920, p.1

<sup>53</sup> DUTRA, Eliana de Freitas. *Caminhos operários nas Minas Gerais*. p.158

sendo 2 dentro do sindicato, estudando o assunto em comum e o resultado deste estudo será submetido a deliberação de um juiz, que será de preferência do Sr. Presidente do Estado ou quem este nomear. A resolução do juiz é obrigatória para patrões e empregados. Este é o caminho para evitar greve e violências.<sup>54</sup>

A partir da segunda metade da década de 1920, o movimento operário belorizontino, assim como no restante do país, é atingido por uma tendência que visava incorporar a classe trabalhadora aos meios institucionais. O Estado passou a ter uma participação ainda maior na formulação legal dos direitos e deveres do operariado estabelecendo, inclusive, suas formas de organização.

### **3. Considerações finais**

O presente trabalho se propôs a relatar a história do movimento operário em Belo Horizonte no início do século XX, tentando identificar e entender a ideologia que norteava as reivindicações dos trabalhadores da nova Capital Mineira.

O que foi constatado, ao longo do texto, é que o movimento tinha um caráter legalista e que via no Estado um possível realizador dos direitos operários. Reformista – contrariando o ideal anárquico, que é contra o Estado e prega a ação direta na luta operária - o movimento dos proletários belorizontinos propunha a participação política dos trabalhadores e a possível criação de um partido operário para fazer valer seus direitos no parlamento.

E ainda que Belo Horizonte sendo planejada de forma a enquadrar todas as classes sociais em seus devidos “espaços”, e a camada menos favorecida – incluindo os trabalhadores – tenha sido “expulsa” das localidades da Avenida do Contorno (área urbana e, portanto o “cartão de visita” da cidade), isto não impediu a emergência de uma classe que buscava a realização de seus direitos, reivindicando, se mobilizando e implementando ações organizadas.

Também é importante salientar que foi de grande relevância para a formação da ideologia do movimento ter o Estado como um dos patrões (já que a maioria dos operários ou eram funcionários públicos ou ligados à indústria da construção civil). Isso fez com que os trabalhadores lutassem dentro da ordem estabelecida, sugerindo leis que consolidassem suas

---

<sup>54</sup> O OPERÁRIO, órgão da confederação Católica do Trabalho, Belo Horizonte, 10 jul. 1920, p.3.

propostas de melhores condições de labuta, mais do que utilizando-se de meios tradicionais da classe (como greves, por exemplo). Além de o elemento estrangeiro ter sido fundamental para o surgimento de um movimento classista laboral dentro da nova Capital mineira.

Conclui-se assim, que o ideário da classe operária em Belo Horizonte se formou por meios onde prevaleceu o caráter legalista e reformista do movimento. Sendo que a presença do ideal anarquista entre os operários de Belo Horizonte, do início do século XX, foi mais tênue do que afirmam a bibliografia sobre o tema.

### Referências Bibliográficas:

ARRUDA, Rogério Pereira. *Álbum de Bello Horizonte: signo da construção simbólica de uma cidade no início do século XX*. 2000. 216.f. Tese (Mestrado em Comunicação Social) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Belo Horizonte, 2000.

ALMEIDA, Cristiane de Castro e. Da revolução à reforma: a trajetória histórica da social democracia. *Cronos: Revista de História*, Pedro Leopoldo, n.7, p.183-197. jul. 2003.

BARRETO, Abílio. *Memória histórica e descritiva* (história antiga e história média), 2v., Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro (Centro de Estudos históricos e Culturais), 1995.

BATALHA, Cláudio H.M. A difusão do marxismo e os socialistas brasileiros na virada do século XIX. In: MORAES, João Quartim (Org.). *História do marxismo no Brasil: os influxos teóricos*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1995. v.2, p.11-44.

\_\_\_\_\_. Formação da classe operária e projetos de identidade coletiva. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Org.). *O Brasil republicano: o tempo do liberalismo excludente - da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p.163-189.

\_\_\_\_\_. *O movimento operário na Primeira República*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

\_\_\_\_\_. Sociedades de trabalhadores no Rio de Janeiro do século XIX: algumas reflexões em torno da formação da classe operária. *Cadernos do AEL*. Sociedades operárias e mutualismo. Campinas: UNICAMP /IFCH. v.6. n.10/11, 1999.

BOBBIO, Norberto. Marxismo. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Granfranco. *Dicionário de política*. 5 ed. Brasília: Editora UNB, 2000. v.2, p.738-744.

BORGES, Celina. A cidade republicana: Belo Horizonte 1897 -1930. In: DUTRA, Eliana de Freitas; BANDEIRA DE MELLO (Org.). *BH: Horizontes históricos*. Belo Horizonte: C/Arte, 1996.

COSTA, Caio Túlio. *O que é anarquismo*. 15 ed. São Paulo: Brasiliense, 1980.

COSTA, Heloísa Soares de Moura; BAPTISTA, Maria Elisa. A arquitetura silenciosa. In: CASTRIOTA, Leonardo Barci (Org.). *Arquitetura da Modernidade*. Belo Horizonte: UFMG, 1998. p.263-293.

DUTRA, Eliana de Freitas. *Caminhos operários nas Minas Gerais: um estudo das práticas operárias em Juiz de Fora e Belo Horizonte na 1ª República*. São Paulo: HUCITEC, 1988.

FARIA, Maria Auxiliadora; GROSSI, Yonne de Souza. A classe operária de Belo Horizonte: 1897-1929. SEMINÁRIO DE ESTUDOS MINEIROS: a República Velha em Minas, V, 1977, Belo Horizonte. *V Seminário de estudos mineiros: a República Velha em Minas*. Belo Horizonte: UFMG/PROED, 1982. p.165-199.

GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. 3.ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2005. Primeira parte: A hora e a vez dos trabalhadores. p.35-128.

GUIMARÃES, Bereneci Martins. *Cafuas, barracos e barracões*: Belo Horizonte, cidade planejada. 1991.323. f. Tese (Doutorado em Sociologia) –Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1991.

JULIÃO, Letícia. Itinerários da cidade moderna (1891-1920). In: DUTRA, Eliane de Freitas; BANDEIRA DE MELO (Org.). *BH: Horizontes históricos*. Belo Horizonte: C/ Arte, 1996. p. 49-119.

LE VEN, Michel. *As classes sociais e o poder político na formação espacial de Belo Horizonte (1893-1914)*. 1977.167 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Belo Horizonte, 1977.

\_\_\_\_\_; NEVES, Magda de Almeida. Belo Horizonte: trabalho e sindicato, cidade e cidadania (1897-1990). In: DULCI, Otávio Soares; NEVES, Magda de Almeida (Org.). *Belo Horizonte: poder, política e movimentos sociais*. Belo Horizonte: C/ Arte, 1996. 75-106.

LEÃO XIII, Papa. *Encíclica Rerum Novarum*. Petrópolis: Vozes, 1978.

MONTEIRO, Norma Góes. *Imigração e colonização nas Minas*. 1973. 168f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Belo Horizonte, 1973.

OLIVEIRA, Éder Aguiar Mendes de. *A imigração italiana e a organização operária em Belo Horizonte nas primeiras décadas do século XX*. 2004. 93f. Monografia (Especialização em História) – Faculdades Integradas de Pedro Leopoldo, Centro de Pós Graduação, Pedro Leopoldo, 2004.

PIANCIOLA, Cesare. Socialismo. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Granfranco. *Dicionário de política*. 5 ed. Brasília: Editora UNB, 2000. v.2, p.1196-1202.

PINHEIRO, Paulo Sergio de M. S.; HALL, Michael M. *A classe operária no Brasil: documentos (1889-1930)*. São Paulo: Alfa Omega, 1979. v.6.

PLAMBEL; PLAMBEL. *O processo de desenvolvimento de Belo Horizonte: 1897-1970*. Belo Horizonte: Plambel, 1979. 2v. p.03-125.

SETTEMBRINI, Domenico. Social democracia. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Granfranco. *Dicionário de política*. 5 ed. Brasília: Editora UNB, 2000. v.2, p.1188-1192.

SPINDEL, Arnaldo. *O que é socialismo*. 26 ed. São Paulo: Brasiliense, 1995. (Primeiros Passos, 1).

STOPPINO, Mário. Ideologia. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Granfranco. *Dicionário de política*. 5 ed. Brasília: Editora UNB, 2000. v.1, p.585-597.

THOMPSON, E. P. (Edward Palmer). *A formação da classe operária inglesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. 1v.

**Fontes Primárias:****Jornais e periódicos**

A GREVE DOS OPERARIOS – As reuniões de ontem. *Diário de Minas*, Belo Horizonte, 10 mai. 1912, p.1. In: Acervo da Hemeroteca do Estado de Minas Gerais.

A GREVE DOS OPERARIOS – As reuniões do operariado e de acadêmicos. *Diário de Minas*, Belo Horizonte, 9 mai. 1912, p.1. In: Acervo da Hemeroteca do Estado de Minas Gerais.

A GREVE DOS OPERARIOS – Solução Favorável. *Diário de Minas*, Belo Horizonte, 15 mai. 1912, p.1. In: Acervo da Hemeroteca do Estado de Minas Gerais.

DIARIO DE MINAS, Belo Horizonte, 16 mai. 1912. p.1. In: Acervo da Hemeroteca do Estado de Minas Gerais.

DIARIO DE MINAS, Belo Horizonte, 17 mai. 1912. p.1. In: Acervo da Hemeroteca do Estado de Minas Gerais.

DIARIO DE MINAS, Belo Horizonte, 18 mai. 1912. p.1. In: Acervo da Hemeroteca do Estado de Minas Gerais.

DIARIO DE MINAS, Belo Horizonte, 19 mai. 1912. p.1. In: Acervo da Hemeroteca do Estado de Minas Gerais.

DIARIO DE MINAS, Belo Horizonte, 30 mai. 1912. p.2. In: Acervo da Hemeroteca do Estado de Minas Gerais

DIARIO DE MINAS, Belo Horizonte, 27 e 28 jul. 1912, p.2. In: Acervo da Hemeroteca do Estado de Minas Gerais

DIARIO DE NOTICIAS. Belo Horizonte, 22 mar. 1907. p. 2. In: Acervo da Hemeroteca do Estado de Minas Gerais.

DIARIO DE NOTICIAS. Belo Horizonte, 03 mai. 1907. p. 2. In: Acervo da Hemeroteca do Estado de Minas Gerais.

FESTA DO TRABALHO – A entusiástica..., *Diário de Minas*, Belo Horizonte, 03 mai. 1912, p.1.

GREVE DOS OPERARIOS - O movimento continua. *Diário de Minas*, Belo Horizonte, 8 mai. 1912, p.1. In: Acervo da Hemeroteca do Estado de Minas Gerais.

GREVE DOS OPERARIOS, *Diário de Minas*, Belo Horizonte, 7 mai. 1912, p.1. In: Acervo da Hemeroteca do Estado de Minas Gerais.

GREVE DOS OPERARIOS, *Diário de Minas*, Belo Horizonte, 13 mai. 1912, p.1. In: Acervo da Hemeroteca do Estado de Minas Gerais.

GREVE DOS OPERARIOS, *Diário de Minas*, Belo Horizonte, 14 mai. 1912, p.1. In: Acervo da Hemeroteca do Estado de Minas Gerais.

MINAS GERAES. Belo Horizonte, 12 jul. 1912, p.2. In: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais.

MINAS GERAES. Belo Horizonte, 14 jun. 1914, p.2. In: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais.

O LABOR. Órgão da Confederação Auxiliadora dos Operários do Estado de Minas, Belo Horizonte, 18 jul. 1905, p.1. In: Acervo da Hemeroteca do Estado de Minas Gerais.

O OPERÁRIO. Órgão da Liga Operária. Belo Horizonte, ago-set. 1900. In: Coleção Linhares. Acervo da Biblioteca Central da UFMG.

O OPERÁRIO. Órgão dos interesses da classe. Belo Horizonte, 1903-1904. In: Coleção Linhares. Acervo da Biblioteca Central da UFMG.

O OPERÁRIO. Órgão da Confederação Católica do Trabalho, Belo Horizonte, jun-jul, 1920. In: Acervo da Hemeroteca do Estado de Minas Gerais.

REUNIÃO OPERARIA. *A Capital*. Belo Horizonte, 16 jul.1900, p.2. In: Acervo da Hemeroteca do Estado de Minas Gerais.

REUNIÃO OPERARIA. *Minas Gerais*. Belo Horizonte, 15 e 16 jul. 1900, p.2: In Acervo da Hemeroteca do Estado de Minas Gerais.

RECENSEAMENTO DE 1912. *Minas Gerais*, Belo Horizonte, 27 jul.1912, p.2. In: Acervo da Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais.

SOCIALISMO CONTEMPORÂNEO. *O Confederal*. Belo Horizonte, 15 jul 1907. p.1. In: Acervo da Hemeroteca do Estado de Minas Gerais.